

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

3.º Trimestre de 2022 – janeiro a setembro de 2022

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, conjugado com o referido artigo 413.º do CSC, apresenta-se o presente relatório, o qual se reporta ao terceiro Trimestre de 2022.

O presente relatório é emitido com base nos documentos “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-setembro 2022”, e “Correção ao Relatório de Execução Orçamental – janeiro setembro 2022”, com data de aprovação pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2023 e 29 de junho de 2023, respetivamente. Este relatório teve ainda em consideração o Relatório do Revisor Oficial de Contas, Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., datado de 19 de junho de 2023, em anexo e constituindo parte integrante do presente documento, bem como a análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Factos Prévios Relevantes

A análise constante do presente relatório considerou o documento do Plano de Atividades e Orçamento da APL 2022-2024 (PAO 2022-2024) que não se encontra aprovado.

3. Acompanhamento da Gestão e da Execução Orçamental

3.1. Acompanhamento da Gestão

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APL, S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, neste período do exercício de 2022, o atual Conselho Fiscal, procedeu ao acompanhamento da gestão da APL, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, da emissão e receção de pedidos de esclarecimento e informação adicional ao Conselho de Administração e ao ROC, e da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Administração.

3.2. Execução Orçamental

Quanto à execução orçamental, atendendo ao Relatório de Gestão apresentado e às considerações efetuadas no ponto anterior do presente relatório relativamente ao PAOI 2022-2024, destacam-se os seguintes aspetos:

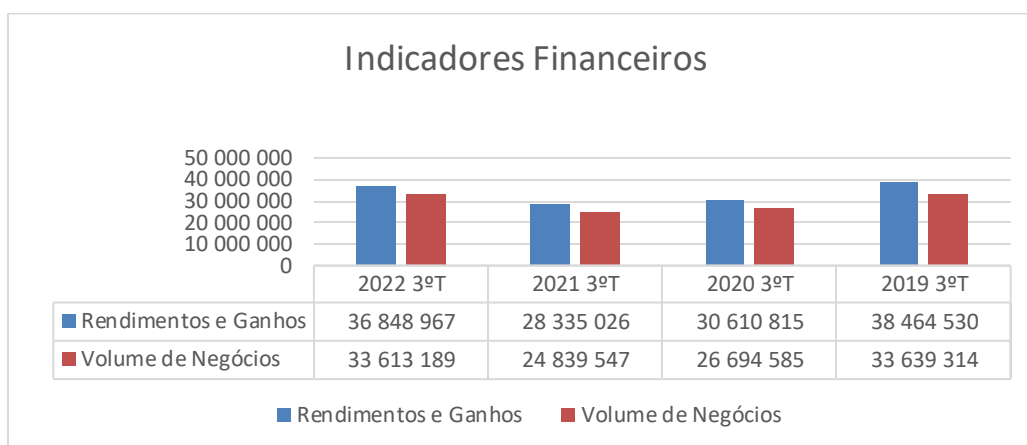
- No terceiro trimestre de 2022 a atividade da APL continuou a evidenciar uma recuperação muito significativa face ao período homólogo do ano anterior, aproximando-se já dos valores pré pandemia.
- Veja-se, por exemplo, a recuperação evidente do segmento de cruzeiros, com a passagem de 13 navios em setembro de 2021 para 220 no período homólogo de 2022, o que contribuiu significativamente para o grande crescimento em termos de tonelagem bruta (142,2%) e para a recuperação em termos de passageiro que, ainda assim, se mantém 16% abaixo do registado no período homólogo de 2019.

Atividade	2022 3ºT	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3º T	2022 3º T rimestre			
					SET22 - SET21		SET22 - SET19	
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %
Movimento de Navios	1 516	1 208	1 250	1 912	308	25,5%	-396	-20,7%
Tonelagem Bruta	32 505 228	13 421 580	16 901 213	35 912 595	19 083 648	142,2%	-3 407 367	-9,5%
Carga Total	7 829 143	7 026 022	6 650 642	8 598 177	803 121	11,4%	-769 034	-8,9%
Cruzeiros (Passageiros)	315 244	11 367	50 064	375 410	303 877	2673,3%	-60 166	-16,0%

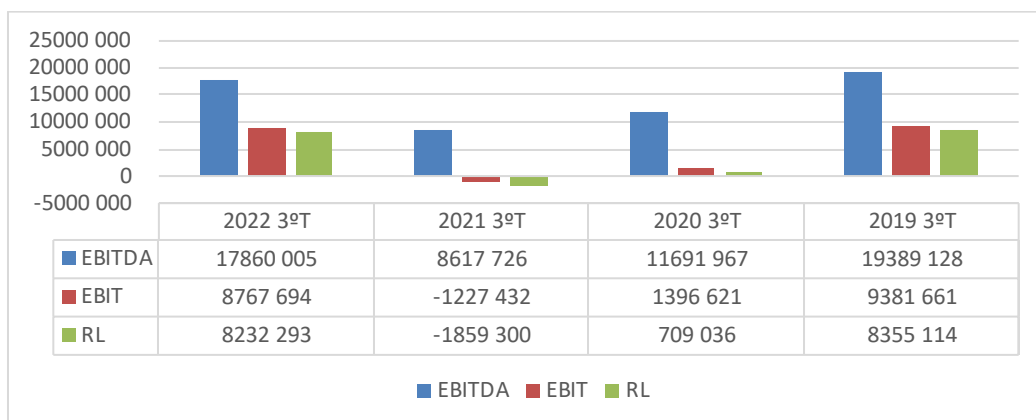
- Também na carga se continua a verificar uma recuperação importante, com um aumento na movimentação em toneladas de 11,4%, com especial destaque nos graneis sólidos e graneis líquidos, com crescimentos de 13,5% e 17,5% respetivamente.
- Assim, face ao período homólogo do ano transato, continua a verificar-se um aumento significativo dos Rendimentos e Ganhos da empresa, de 30%, e do seu Volume de Negócios, de 35,3%, embora, como se referiu, ainda ligeiramente aquém dos valores verificados em 2019. Note-se que este desempenho superou o estimado no orçamento

(5,2% em termos de Rendimentos e Ganhos e 6,2% no que se refere ao Volume de Negócios), com exceção para os segmentos de concessões e exploração da náutica de recreio e atividade marítimo turística.

Importa referir que a rubrica de Rendimentos e Ganhos está também influenciada pela indemnização decorrente do acordo de revogação do contrato de concessão de serviço público de movimentação de cargas no Terminal do Barreiro, ocorrida em fevereiro de 2022, a venda de sucata referente a equipamentos da referida concessão e a compensação devida pela ACE à APL relativa a deficiências verificadas na empreitada do cais de cruzeiros de Sta. Apolónia.



- Tal como já verificado no primeiro semestre, esta recuperação, conjugada com a contenção verificada nos gastos operacionais, face ao mesmo período de 2021 e ao que estava orçamentado (viram o seu peso significativamente reduzido no volume de negócios), permitiu ultrapassar os resultados atingidos no período homólogo de 2021 (EBITDA com um crescimento de 107,2%, e o EBIT e o RL passam de valores negativos para € 8,8M e € 8,2M respetivamente), muito acima dos estimados no orçamento. Destaque particular para a reduzida execução nas dragagens de manutenção (com custos inferiores aos do período homólogo de quase €1M).



- Relativamente ao endividamento, a APL continua a trajetória de redução significativa da sua dívida líquida (com reflexo também no seu resultado financeiro), em 64,2% face ao período homólogo de 2021 e 62,4% face ao final do exercício de 2021. Quando comparado com o orçamento de 2022 a redução é de 66,3%. Isto fica a dever-se não só à redução da dívida bruta, mas também ao aumento das disponibilidades.

Em síntese, apresentam-se no quadro seguinte alguns dos principais indicadores da APL, a setembro de 2022:

Principais Indicadores	2022 3ºT	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3ºT	2022 3º Trimestre						
	Real	Real	Real	Real	SET22 - SET21		SET22 - SET19		Orç.	Var. Valor	Var. %
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
Rendimentos e Ganhos	36 848 967	28 335 026	30 610 815	38 464 530	8 513 941	30,0%	-1 615 563	-4,2%	35 025 479	1 823 488	5,2%
Volume de Negócios	33 613 189	24 839 547	26 694 585	33 639 314	8 773 642	35,3%	-26 125	-0,1%	31 649 950	1 963 239	6,2%
EBITDA	17 860 005	8 617 726	11 691 967	19 389 128	9 242 279	107,2%	-1 529 123	-7,9%	12 997 842	4 862 163	37,4%
% Rendimentos e Ganhos	48,5%	30,4%	38,2%	50,4%					37,1%		
EBIT	8 767 694	-1 227 432	1 396 621	9 381 661	9 995 126	-814,3%	-613 967	-6,5%	3 338 370	5 429 324	162,6%
% Rendimentos e Ganhos	23,8%	-4,3%	4,6%	24,4%					9,5%		
RL	8 232 293	-1 859 300	709 036	8 355 114	10 091 593	-542,8%	-122 821	-1,5%	2 546 683	5 685 610	223,3%
% Rendimentos e Ganhos	22,3%	-6,6%	2,3%	21,7%					7,3%		
ATL	347 327 588	317 235 068	335 551 171	351 194 970	30 092 520	9,5%	-3 867 382	-1,1%	326 333 541	20 994 047	6,4%
CP	230 806 352	223 069 592	226 727 562	228 149 795	7 736 760	3,5%	2 656 557	1,2%	227 592 163	3 214 189	1,4%
DL	9 662 882	26 971 053	32 626 603	36 899 694	-17 308 171	-64,2%	-27 236 812	-73,8%	28 651 269	-18 988 387	-66,3%
Autonomia Financeira	66,5%	70,3%	67,6%	65,0%					69,7%		

3.3. Cumprimento de Orientações Legais

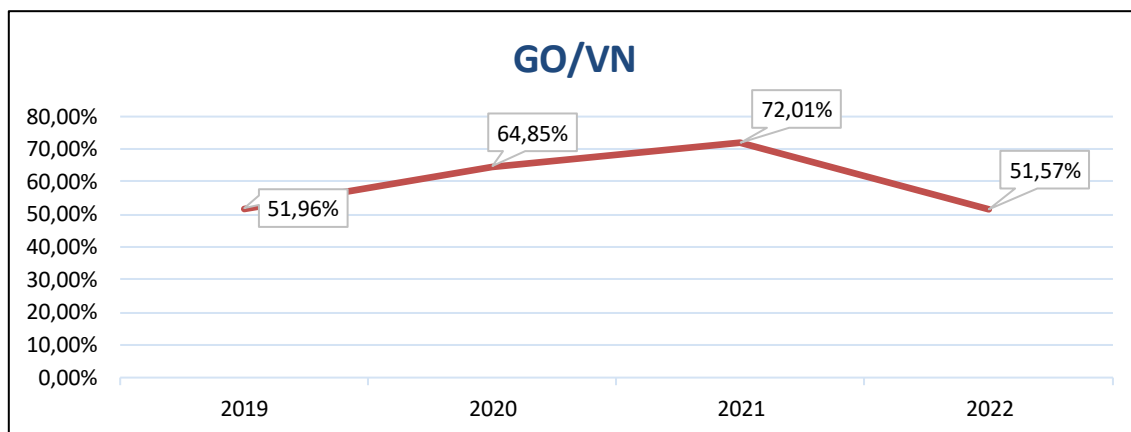
Esta avaliação foi efetuada considerando as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE constantes do DESPACHO Nº 681/2022 – SET, muito embora seja de ressaltar que grande parte das referidas instruções são de verificação anual.

1 – Princípios Financeiros

Eficiência Operacional - Garantir em 2022 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado no ano de referência (2019).

O rácio de Eficiência Operacional regista uma melhoria significativa, quando comparado com o verificado no período homólogo de 2021 e de 2020.

Esta melhoria decorre, essencialmente, do aumento do Volume de Negócios, que subiu de 24.839.547 euros em 2021 para 33.613.189 euros em 2022. Esta melhoria resulta do facto de o Volume de Negócios estar já muito próximo dos valores pré-pandemia (33.639.314 euros) e acima do previsto (31.649.950 euros).



Programa de Redução de Custos - Em 2022, devem ser iguais ou inferiores ao valor executado em 2019, os seguintes gastos:

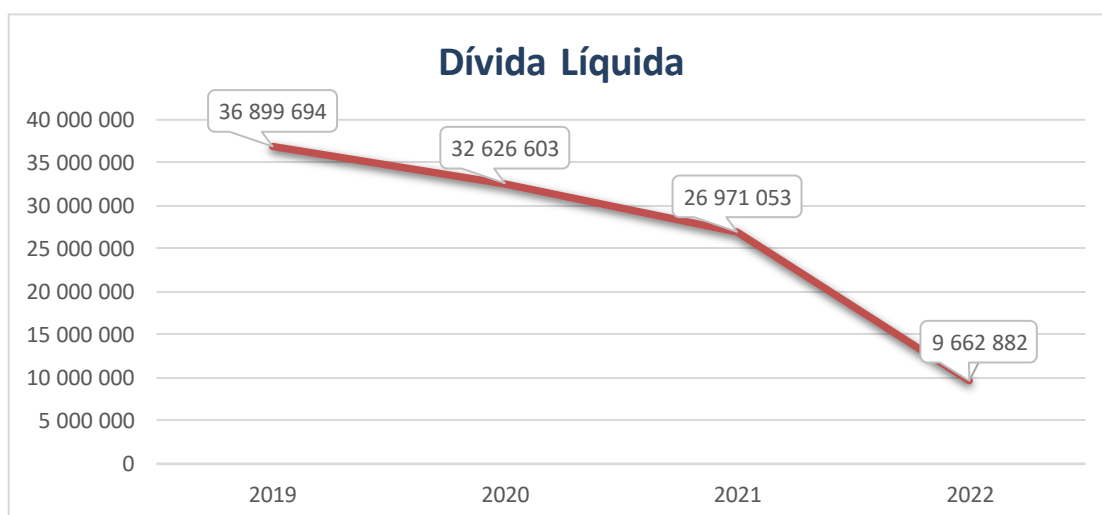
- Com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
- Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria
- O acréscimo dos acima referidos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa.

Tratando-se de um relatório trimestral, a avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal cingiu-se aos Gastos com Pessoal, concluindo-se que estes, no valor de 13.385.867 euros são superiores aos

registados em período homólogo de 2019 (13.241.262 euros), mas inferiores ao previsto (13.850.462 euros).

Endividamento – garantir uma política de limitação do crescimento do endividamento, limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material.

Neste 3º trimestre de 2022, mantém-se o processo sustentado de redução da dívida líquida, verificando-se uma quebra de 64,2% face ao período homólogo de 2021 e de 73,8%, quando comparado com o 3º Trimestre de 2019.



Plano de Investimentos - Os investimentos, anuais e plurianuais devem ter cobertura financeira garantida e serem suportados em análise custo-benefício que comprove a sua necessidade social e/ou a sua rentabilidade

Investimento	2022 3ºT	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3º T	2022 3º T rimestre						
	Real	Real	Real	Real	set 22 - set 21		set 22 - set 19		Orç.	Var. Valor	Var. %
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
	738 456	508 329	1 005 674	3 253 684	230 127	45,3%	-2 515 228	-77,3%	7 445 398	-6 706 942	-90,1%

Embora se verifique uma variação de 45,3% face ao investimento realizado em período homólogo de 2021, verifica-se que apenas foram executados 10% dos investimentos orçamentados, o que representa um grau de realização muito baixo. Os maiores investimentos reportam a Reabilitação de Edifícios e infraestruturas terrestres diversas (29,5%) Equipamentos Marítimos – reparação de lanchas (20,6%) e TIC – Atualização de sistemas e equipamentos (15,5%).

Prazo Médio de Pagamentos e Divulgação de atrasos nos pagamentos – Cumprimento das normas definidas na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

PMP	2022 3º T	2021 3ºT	2020 3ºT	2019 3º T
	59	46	41	63

Fonte: <https://www.portodelisboa.pt/documents/20121/162195/PMP+3T2022.pdf/cd4899f9-02bd-b149-3578-5f2840802bf5?t=1669398169182>

O PMP indicado inclui o efeito de 2 situações em processo de contencioso (e com antiguidade superior a 360 dias), pendentes de decisão judicial, e uma situação de diferendo com um fornecedor quanto ao valor da tarifa cobrada. A APL vem compensando regularmente os montantes que entendem serem os devidos, encontrando-se o restante em aberto.

Deduzindo o efeito destas situações, o PMP do período em reporte é de 50 dias.

Ainda de referir que a APL procede à divulgação, no seu sítio, dos atrasos verificados nos pagamentos a fornecedores, <https://www.portodelisboa.pt/outras-divulgacoes>

Princípio de Unidade de Tesouraria - artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 172.º LOE2021 e art.º 115.º do DLOE 2019.

“Os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos, incluindo os referidos no n.º 4 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, estão obrigados a depositar em contas na tesouraria do Estado a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras, seja qual for a origem ou natureza das mesmas, incluindo receitas próprias, e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E.”

A APL obteve uma exceção parcial, para os anos de 2021 e 2022, limitada aos valores estritamente necessários para o serviço dos empréstimos bancários, nas datas previstas para o efeito, para o carregamento dos cartões pré-pagos e para a cobrança de receitas na vertente credora de débitos diretos, mas sujeita a transferências quinzenais para o IGCP dos valores arrecadados.

No final do 3º Trimestre de 2022 a APL tinha depósitos no IGCP no valor de 9.411.362 euros, que correspondem a 48% do total de depósitos bancários.

4. Conclusão

Em face do exposto, entende o Conselho Fiscal que o relatório de gestão apresentado pela Sociedade referente ao 3.º Trimestre de 2022, com a respetiva Correção, apresenta genericamente informação das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior e ao PAO 2022-2024, ainda que, relativamente a este último, a análise seja condicionada pelo facto do documento não se encontrar aprovado pela tutela.

A atividade da empresa, no terceiro trimestre de 2022, evidencia uma recuperação bastante significativa face ao período homólogo do ano anterior, onde ainda se sentiam os efeitos da pandemia de COVID-19, o que, conjugado com a evolução dos gastos operacionais, permitiu obter resultados bastante acima do período homólogo e do estimado no orçamento.

A APL continua a evidenciar uma sólida situação financeira, continuando uma trajetória de redução da sua Dívida Financeira Líquida.

Por último, o Conselho Fiscal recomenda que, de futuro, a APL possa desenvolver esforços no sentido de melhorar a contemporaneidade destes relatórios, para que análise reportada possa assumir uma maior utilidade, e densifique a informação necessária ao acompanhamento do cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria, considerando as exceções concedidas.

Em 3 de julho de 2023.

A Presidente do Conselho Fiscal,

Assinado por: **ANA PAULA GOMES
AZURARA**
Num. de Identificação: 06072432



Os Vogais,

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Assinado por: **Tiago Manuel Rodrigues Estevinho**
Num. de Identificação: 11685050
Data: 2023.07.03 12:02:48+01'00'



Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva

Assinado por: **ANA CRISTINA RUGEIRO DA CRUZ E
SILVA**
Num. de Identificação: 09555533
Data: 2023.07.03 12:09:46+01'00'

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelo Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março e pelo Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares “*um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões*”.

Por solicitação expressa dos membros do Conselho Fiscal, procedemos a uma análise sucinta da informação constante do documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – janeiro a setembro de 2022” preparado pelo Conselho de Administração.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao 3.º trimestre de 2022 apenas nos foi disponibilizado no passado dia 31 de maio, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No trimestre em apreciação, e para além da conclusão dos trabalhos relativos à emissão da Certificação Legal das Contas do exercício de 2021, assegurámos ainda as seguintes tarefas:

- a) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- b) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- c) Respondemos às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 30SET2022, bem como a respetiva evolução face a 30JUN2022¹, consta do **Anexo 1** e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 30SET2022, consta do **Anexo 2** e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2021, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise².

A posição financeira da APL evidencia uma evolução favorável, com os capitais próprios a ascenderem a 230.806 milhares de euros, traduzindo um ligeiro aumento, mas de forma sistemática, ao longo dos nove primeiros meses do ano (mais 1,2%) face ao trimestre anterior. Esta evolução foi assegurada essencialmente por via do resultado apurado ao longo dos três primeiros trimestres do exercício.

Destaca-se ainda a redução ocorrida ao nível do passivo total (-4,8%), parcialmente balanceada por uma redução do ativo (-0,9%), nos montantes de 5.846 milhares de euros e de 3.166 milhares de euros, respetivamente, conforme se sistematiza:

Rubricas	30.SET.2022	30.JUN.2022	31.MAR.2022	(valores em euros)	
				VAR SET22/JUN22 Valor	%
Ativo líquido	347 327 588	350 493 574	350 649 627	-3 165 986	-0,9%
Capital próprio	230 806 352	228 126 329	224 506 439	2 680 022	1,2%
Passivo	116 521 237	122 367 245	126 143 188	-5 846 008	-4,8%
Indicadores					
Solvabilidade Total (Capital próprio/Passivo)	1,98	1,86	1,78	0,12	6,3%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,66	0,65	0,64	0,01	2,1%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,34	0,35	0,36	-0,01	-3,9%

A redução do passivo resultou, essencialmente, da diminuição da rubrica de Financiamentos obtidos (-15,4%), tanto a médio/longo prazo (-622 milhares de euros) como a curto prazo (-4.701 milhares de euros). De salientar ainda o aumento de 667 milhares de euros na rubrica de Outras contas a pagar (+18,9%) e a redução dos Diferimentos passivos, em 829 milhares de euros, comparativamente ao trimestre antecedente, decorrentes da atividade normal da Entidade.

¹ Salientamos que o Relatório apresentado pela Entidade considera o comparativo com referência a 31.12.2021. Contudo, para efeitos da nossa análise, considerámos a comparação com o final do trimestre anterior ao de referência.

² Por simplificação considerámos nove duodécimos do valor anual do orçamento para 2022, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade, tendo sido também este critério considerado pelo Conselho de Administração.

A redução ocorrida ao nível do ativo líquido decorre sobretudo do efeito das depreciações do exercício, geradoras de uma redução de 2.378 milhares de euros), bem como da redução da rubrica de Diferimentos ativos, em 1.523 milhares de euros, decorrentes da atividade normal da Entidade, bem como da rubrica Estado em 1.161 milhares de euros, devido sobretudo ao recebimento, em julho, de cerca de 845 milhares de euros de IVA indevidamente liquidado anteriormente, no âmbito de processos inspetivos, oportunamente reclamados pela APL e a quem foi agora dada razão.

No que respeita a uma análise dos principais indicadores financeiros apresentados, globalmente os mesmos corroboram a tendência de evolução favorável da posição financeira evidenciada pela estrutura de balanço.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise, um resultado positivo de 8.232 milhares de euros, situando-se significativamente acima do resultado orçamentado para o período, que ascendia a um resultado positivo de 2.550 milhares de euros, o que traduz um desempenho bastante superior ao esperado.

Comparativamente ao período homólogo de 2021, o forte incremento evidenciado (+222,9%) justifica-se sobretudo pela total retoma de operações com impacto em todas as áreas de negócios e níveis de atividade.

O quadro seguinte evidencia esta evolução, considerando a inclusão no conceito de volume de negócios as componentes de Outros rendimentos diretamente associados às atividades *core* da APL, em sintonia aliás com a opção que está a ser ponderada pelo Conselho de Administração de passar a incluir contabilisticamente estas componentes do rédito no conceito de Volume de Negócios:

	Real	Orçamento	Real	Var Orç. SET.22		Var. Real SET.22/SET.21	
	30-SET-22	30-SET-22	30-SET-21	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	33 613 189	31 649 950	24 839 547	1 963 239	6,2%	8 773 642	35,3%
Vendas e serviços prestados	21 975 616	21 269 308	17 233 876	706 308	3,3%	4 741 740	27,5%
Outros rendimentos	11 637 573	10 380 642	7 605 671	1 256 931	12,1%	4 031 902	53,0%
Fornecimentos e serviços externos	(3 949 764)	(5 750 152)	(4 598 473)	1 800 388	-31,3%	648 709	-14,1%
Gastos com o pessoal	(13 385 867)	(13 850 462)	(13 287 329)	464 595	-3,4%	(98 538)	0,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(410 378)	(277 500)	(875 412)	(132 878)	47,9%	465 034	-53,1%
Provisões (aumentos/reduções)		(90 000)	-	90 000	-100,0%	-	-
Outros rendimentos e ganhos	3 235 778	3 375 529	3 495 479	(139 751)	-4,1%	(259 701)	-7,4%
Outros gastos e perdas	(1 242 954)	(2 059 523)	(956 086)	816 569	-39,6%	(286 868)	30,0%
EBITDA	17 860 004	12 997 842	8 617 726	4 862 162	37,4%	9 242 278	107,2%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(9 092 310)	(9 656 472)	(9 845 158)	564 162	-5,8%	752 848	-7,6%
EBIT	8 767 694	3 341 370	(1 227 432)	5 426 324	162,4%	9 995 126	814,3%
Juros e gastos similares suportados	(332 956)	(517 257)	(415 343)	184 301	-35,6%	82 387	-19,8%
Imposto sobre o rendimento do período	(202 444)	(274 430)	(216 525)	71 986	-26,2%	14 081	-6,5%
Resultado líquido do período	8 232 293	2 549 683	(1 859 300)	5 682 610	222,9%	10 091 593	542,8%

O aumento dos rendimentos, comparativamente ao período homólogo é generalizado, destacando-se o incremento significativo do volume de negócios (+35,3%). Comparativamente aos valores orçamentados este incremento é menos acentuado, o que se compreende, apesar de revelar igualmente uma expressão razoável (+6,2%).

No que se refere ao comportamento das principais rubricas de gastos estas mantêm-se em níveis muito semelhantes aos registados no ano transato, designadamente ao nível dos Gastos com Pessoal, que constitui a principal componente da estrutura de custos da APL, tendo-se mesmo registado uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em 14,1%, sobretudo devido a uma menor atividade de dragagens, mas que não será sustentável a prazo.

Também os gastos com financiamento, no valor de 333 milhares de euros, apresentam uma redução de 19,8% face ao período homólogo, em consequência da redução do endividamento.

Comparativamente aos valores orçamentados, o melhor desempenho evidenciado é justificado pela conjugação dos desvios favoráveis ocorridos ao nível dos rendimentos, que superaram os valores previstos, com a contenção ocorrida ao nível dos gastos, com particular ênfase nos FSE, em que apenas foram gerados gastos correspondentes a 68,7% do que se encontrava previsto.

Em termos globais, destaca-se o esforço continuado que tem vindo a ser desenvolvido pelos sucessivos Conselhos de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com os orçamentos disponíveis, num contexto de adequação dos encargos, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de fatores externos relacionados com a evolução da conjuntura económica, com particular destaque para a movimentação de carga e de passageiros.

Não pode, contudo, deixar de se alertar para alguns impactes negativos que possam decorrer da eventual transferência de património, e consequentes rendimentos associados, para as autarquias em que se insere a implementação do território da APL, bem como da necessidade de realização de alguns investimentos estruturantes, que apenas de essenciais para a modernização e dinamização, de forma sustentável da atividade portuária, designadamente ao nível da atividade de cruzeiros, poderão não ser geradores de rendimentos diretos para a APL suscetíveis de assegurar a respetiva cobertura financeira em termos empresariais.

Inserem-se neste âmbito, designadamente, o projeto "Onshore Power Supply-OPS" visando criar a infraestrutura necessária para assegurar o fornecimento de energia elétrica aos navios atracados nos terminais da margem norte do Porto de Lisboa, essencial não só para diminuir os impactes ambientais negativos gerados pelos navios que utilizam esta infraestrutura como também para responder à tendência de evolução que se está a registar ao nível das fontes de alimentação dos mesmos e mesmo da capacidade de oferta de infraestruturas portuárias concorrentes.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Lisboa, 19 de junho de 2023

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

BALANÇO	30-SET-22	30-JUN-22	31-MAR-22	31-DEZ-21	(valores em euros)	
					Var. SET.22 / JUN.22	
					Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE						
Ativos fixos tangíveis	217 147 914	219 129 582	221 263 590	223 309 611	(1 981 668)	-0,9%
Propriedades de investimento	44 443 587	44 789 985	45 136 374	45 450 869	(346 398)	-0,8%
Ativos intangíveis	57 413 619	57 809 975	58 203 572	58 598 494	(396 356)	-0,7%
Diferimentos	1 598 940			1 598 940		
Outros ativos Financeiros	11 276	10 445	9 758	9 081	831	8,0%
	320 615 336	321 739 986	324 613 293	328 966 995	(1 124 650)	-0,3%
ATIVO CORRENTE						
Clientes	5 868 173	5 611 907	5 124 897	6 493 532	256 266	4,6%
Adiantamentos a fornecedores	3 198	3 198	3 199	3 199	(0)	0,0%
Estado e outros entes públicos	94 842	1 255 500	1 254 660	1 397 629	(1 160 658)	-92,4%
Outras contas a receber	781 440	584 039	511 441	2 053 841	197 401	33,8%
Diferimentos	385 049	1 908 181	1 855 667	555 114	(1 523 132)	-79,8%
Caixa e depósitos bancários	19 579 550	19 390 762	17 286 469	12 230 274	188 788	1,0%
	26 712 252	28 753 588	26 036 334	22 733 589	(2 041 336)	-7,1%
TOTAL ATIVO	347 327 588	350 493 574	350 649 627	351 700 584	(3 165 986)	-0,9%
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital subscrito	60 000 000	60 000 000	60 000 000	60 000 000	-	0,0%
Reservas legais	6 539 834	6 539 834	6 539 834	6 539 834	0	0,0%
Outras reservas	84 508 591	84 508 591	84 508 591	83 574 052	0	0,0%
Resultados transitados	28 947 889	28 947 889	28 947 889	30 614 398	(0)	0,0%
Outras variações no capital próprio	42 577 745	42 802 706	43 037 424	43 272 140	(224 961)	-0,5%
Resultado líquido do período	8 232 293	5 327 310	1 472 701	(726 592)	2 904 983	54,5%
	230 806 352	228 126 329	224 506 439	223 273 833	2 680 022	1,2%
PASSIVO NÃO CORRENTE						
Provisões	3 634 444	3 634 444	3 634 444	3 634 444	(1)	0,0%
Financiamentos obtidos	15 863 116	16 485 111	17 576 912	18 371 121	(621 995)	-3,8%
Responsab. por benefícios pós-emprego	5 525 902	5 652 230	5 750 683	5 848 377	(126 328)	-2,2%
Passivos por impostos diferidos	4 101 850	4 034 369	3 966 888	3 900 967	67 481	1,7%
Outras contas a pagar	9 348 141	9 348 141	9 348 141	9 348 141	0	0,0%
	38 473 452	39 154 294	40 277 068	41 103 051	(680 841)	-1,7%
PASSIVO CORRENTE						
Fornecedores	490 187	725 879	806 551	929 895	(235 692)	-32,5%
Adiantamentos de clientes	1 633 447	1 516 010	1 506 895	1 428 733	117 437	7,7%
Estado e outros entes públicos	1 276 882	1 459 472	1 140 089	919 691	(182 590)	-12,5%
Accionistas/sócios				800 000	-	
Financiamentos obtidos	13 379 316	18 080 748	18 804 016	19 542 857	(4 701 432)	-26,0%
Outras contas a pagar	4 190 665	3 524 159	4 555 851	4 530 358	666 506	18,9%
Diferimentos	57 077 287	57 906 683	59 052 718	59 172 166	(829 395)	-1,4%
	78 047 784	83 212 951	85 866 121	87 323 700	(5 165 166)	-6,2%
TOTAL DO PASSIVO	116 521 237	122 367 245	126 143 188	128 426 751	(5 846 008)	-4,8%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	347 327 588	350 493 574	350 649 627	351 700 584	(3 165 985)	-0,9%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

(valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento	Real	Var Orç. SET.22		Var. Real SET.22/SET.21	
	30-SET-22	30-SET-22	30-SET-21	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	21 975 616	21 269 308	17 233 876	706 308	3,3%	4 741 740	27,5%
Fornecimentos e serviços externos	(3 949 764)	(5 750 152)	(4 598 473)	1 800 388	-31,3%	648 709	-14,1%
Gastos com o pessoal	(13 385 867)	(13 850 462)	(13 287 329)	464 595	-3,4%	(98 538)	0,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(410 378)	(277 500)	(875 412)	(132 878)	47,9%	465 034	-53,1%
Provisões (aumentos/reduções)		(90 000)	-	90 000	-100,0%	-	nd
Outros rendimentos e ganhos	14 873 350	13 756 171	11 101 150	1 117 179	8,1%	3 772 200	34,0%
Outros gastos e perdas	(1 242 954)	(2 059 523)	(956 086)	816 569	-39,6%	(286 868)	30,0%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	17 860 004	12 997 842	8 617 726	4 862 162	37,4%	9 242 278	107,2%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(9 092 310)	(9 656 472)	(9 845 158)	564 162	-5,8%	752 848	-7,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8 767 694	3 341 370	(1 227 432)	5 426 324	162,4%	9 995 126	814,3%
Juros e gastos similares suportados	(332 956)	(517 257)	(415 343)	184 301	-35,6%	82 387	-19,8%
Resultado antes de impostos	8 434 737	2 824 113	(1 642 775)	5 610 624	198,7%	10 077 512	613,4%
Imposto sobre o rendimento do período	(202 444)	(274 430)	(216 525)	71 986	-26,2%	14 081	-6,5%
Resultado líquido do período	8 232 293	2 549 683	(1 859 300)	5 682 610	222,9%	10 091 593	542,8%

(*) Por simplificação considerámos 9 duodécimos do valor anual do orçamento para 2022, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.